

AMB e CFM

Educação Médica Continuada



A Diretoria Plena e o Conselho Deliberativo da AMB, reunidos no dia 28 de abril, em Campo Grande (MS), discutiram sobre o Programa de Educação Médica Continuada AMB/CFM.

Ao apresentar uma aula multimídia demonstrativa, o presidente da entidade, Dr. José Luiz Gomes do Amaral, explicou que a produção de 60 módulos de atualização referentes a cada espe-

cialidade, para um período de cinco anos, possibilitará o ingresso de todos os especialistas no processo de obtenção do Certificado de Atualização Profissional, de forma gratuita e à distância.

Ainda durante o encontro, discutiram a necessidade de um plano de carreira, cargos e salários diferenciado para o médico dentro do sistema público. De acordo com o diretor de Defesa Profissional da AMB, Dr. Roberto Queiroz Gurgel, a atual proposta do Ministério da Saúde, mesmo após amplos debates, deixa de contemplar características próprias da medicina.

Em seguida, o 2º tesoureiro, Dr. Luc Louis Maurice Weckx, apresentou um resumo dos trabalhos da Comissão de Assuntos Políticos e o Conselho discutiu a participação de representantes da classe médica nas eleições deste ano.



Projetos de Lei - discussão em reunião conjunta

Os diretores da AMB e do CFM reuniram-se no dia 27 de abril, em Campo Grande (MS), e discutiram o Projeto de Lei 6435/05, da deputada Alice Portugal (PC do B-BA), e o Projeto de Lei do Senado 25/02, que regulamenta a medicina. Com a

proposta de atribuir ao farmacêutico, competências próprias do médico, o primeiro foi apresentado em dezembro, mas já está pronto para votação pelo plenário da Câmara dos Deputados, depois de ser apensado ao PL 5367, de 1990.

Diante das manifestações de várias Sociedades de Especialidade e da avaliação da Comissão de Assuntos Políticos AMB/CFM, as diretorias aprovaram uma manifestação contra o Projeto de Lei no dia 09 de maio de 2006, em Brasília (DF). Já o PLS 25/02 continua na Comissão de Assuntos Sociais do Senado.

Outro assunto bastante discutido foi a greve dos funcionários da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que vem comprometendo o abastecimento dos serviços de saúde quanto aos produtos importados, colocando em risco o atendimento a milhares de pacientes. Sem entrar no mérito dos argumentos dos trabalhadores ou da Agência, os diretores debateram a urgência de se resolver a questão, preservando a vida dos que dependem desses insumos.